



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO



Cap QCO Mag Ing Letícia Britz

**O DESAFIO DE IMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COLÉGIO
MILITAR DE PORTO ALEGRE A PARTIR DE 2019**

**Rio de Janeiro
2018**

Cap QCO Mag Ing LETÍCIA BRITZ

**O DESAFIO DE IMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COLÉGIO
MILITAR DE PORTO ALEGRE A PARTIR DE 2019**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Formação
Complementar do Exército / Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do Grau
Especialização em Ciências
Militares

Orientador: Cap QCO Ped Cinthia Maria da Fontoura Messias

**Rio de Janeiro
2018**

Cap QCO Mag Inglês LETÍCIA BRITZ

**O DESAFIO DE IMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COLÉGIO
MILITAR DE PORTO ALEGRE A PARTIR DE 2019**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Formação
Complementar do Exército / Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do Grau
Especialização em Ciências
Militares

Aprovado em

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Ricardo Guglielmi – TC – Presidente
Escola de Formação Complementar do Exército

Cinthia Maria da Fontoura Messias – Cap QCO – Membro
Escola de Formação Complementar do Exército

O DESAFIO DE IMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE A PARTIR DE 2019

Letícia Britz¹

RESUMO

A Educação Especial e Inclusiva tem sido pensada internacionalmente desde o século passado e se tornou uma realidade educacional brasileira ao final dos anos noventa e início do século atual mediante criação de documentos legislatórios que regulam a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. Neste contexto, o Exército Brasileiro através da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) se organizou para oficializar e iniciar o processo de educação inclusiva nos treze colégios militares espalhados pelo Brasil. Conforme orientação da DEPA, o Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) passará a receber alunos com algum tipo de deficiência a partir do ano de 2019. Diante da proximidade dessa nova realidade educacional este estudo procurou investigar este processo inicial, sua preparação tanto do aspecto de acessibilidade quanto das questões didático-pedagógicas que envolvem os profissionais e os professores. Além disso, procurou-se analisar a educação inclusiva em uma escola civil com experiência há 30 anos nessa área com o intuito de destacar boas práticas. Para cumprir com os objetivos propostos, foram aplicados e analisados quatro questionários, destinados à Seção de Projetos, Seção Psicopedagógica e Seção de Supervisão Escolar do CMPA e também à coordenadora geral de uma escola civil. O resultado da análise documental mostrou que o colégio possui em alguns aspectos pontos positivos, como no trabalho de sensibilização dos professores, a construção da Sala de Recursos e a finalização de algumas obras, mas pontos negativos em outros aspectos, como atrasos em outras adaptações do espaço físico e poucos profissionais formados na Educação Especial. Finalmente destacaram-se práticas positivas da escola civil que deve ser pensada e servir de modelo para o que o processo que iniciará no próximo anos seja constantemente aperfeiçoado.

Palavras-chave: Educação Especial e Inclusiva. Preparação do CMPA. Práticas educacionais positivas.

ABSTRACT

Inclusive Education has been thought internationally since last century and it became a Brazilian educational reality by the end of the nineties to the beginning of this century through official documents that regulate the inclusion of students with special needs in the mainstream schools. In this context, the Brazilian Army through the *Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA)* has organized to officialize and to start the process of Inclusive Education in thirteen military schools spread around Brazil. According to DEPA's instructions, the *Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA)* is going to receive students with any kind of special needs in the year of 2019. In the face of the closeness of this new educational reality, the present study aimed to investigate this initial process, its preparation not only with the aspects of accessibility but also with the pedagogical issues that involve all professionals in the school. Besides, it focused on analyzing the inclusive education of a civil school that has experience in the area for thirty years in order to raise good practice. To accomplish the purposed goals four questionnaires were applied and analyzed from the CMPA's Project Section, Psycho Pedagogical Department, School Supervision Section and also from the Principal and Coordinator of a civil school. The result of the documental analysis showed that the CMPA has positive points in some aspects such as: its works for the school staff member's awareness, the construction of the Resource Room and the conclusion of some civil engineering works, however there are negative points in other aspects, for example, delays in some room's adaptations and a few specialists in Inclusive Education. Finally, good practice was highlighted from the civil school which must be thought and guide CMPA so that the process that is starting next year can be improved constantly.

¹ Capitão QCO Magistério Inglês da turma de 2010. Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela EsAEx em 2010. E-mail para contato: leticia.britz@gmail.com

Keywords: Especial and Inclusive Education. CIPA school's preparation. Positive Educational Practice.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1	MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS NO MUNDO E NO BRASIL	8
2.1.1	Declaração de Salamanca	8
2.1.2	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	9
2.1.3	Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (Decreto nº 3.956/2001)	9
2.1.4	Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCM	10
2.1.4.1	Público-Alvo da Educação Especial	11
2.1.4.2	Ingresso de Alunos Público Alvo da Educação Especial	12
2.1.4.3	Avaliação Diagnostica Diferenciada (ADD)	13
2.1.4.4	Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE)	14
2.1.4.5	Avaliação	15
2.1.4.6	Salas Especiais / Salas de Recursos Multifuncionais	16
2.1.4.7	Terminalização do Ensino Fundamental e Médio e Expedição de Certificados e Diplomas	17
3	METODOLOGIA	17
4	RESULTADOS	19
4.1	ESPAÇO FÍSICO E ACESSIBILIDADE	19
4.2	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CMPA	21
4.3	EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM ESCOLA CIVIL	25
5	DISCUSSÃO	28
6	CONCLUSÃO	31
	REFERÊNCIAS	33
	APÊNDICE A	34
	APÊNDICE B	35
	APÊNDICE C	37
	APÊNDICE D	39

O DESAFIO DE IMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE A PARTIR DE 2019

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por finalidade verificar os procedimentos adotados pelo Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) no que diz respeito a toda a preparação da Instituição diante do início oficial da Educação Especial e Inclusiva (EEI) no ano de 2019.

É de extrema importância esclarecer os conceitos de Educação Especial e Inclusiva, por serem muitas vezes confundidos. A primeira consiste na utilização de ferramentas didáticas específicas para a realização das atividades no processo de ensino-aprendizagem, com a finalidade de atender às limitações que o aluno possui, sejam elas físicas ou cognitivas. No entanto, a Educação Especial não possui um papel integrador da criança com a sociedade, por ser aplicada fora do contexto da educação regular. Por outro lado, a Educação Inclusiva está relacionada ao acesso à rede regular de ensino para todos os alunos, independentemente de cor, etnia, idade, sexo ou quaisquer tipos de necessidades especiais. É um sistema educacional híbrido, que alia a educação regular com a especial, isto é, as crianças com algum tipo de deficiência são inseridas em um ambiente escolar normal.

Tendo como referência a Constituição Federal de 1988 e demais legislações brasileiras, as Conferências Internacionais, e também as Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), esta pesquisa consiste em destacar as exigências constitucionais do processo inclusivo de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, investigar os trabalhos realizados por diferentes setores do CMPA envolvidos no processo de Educação Inclusiva e também analisar procedimentos realizados por uma instituição educacional privada que trabalha com inclusão há alguns anos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Marcos Históricos e Legais no Mundo e no Brasil

As Conferências e Convenções Internacionais, a legislação brasileira e as diretrizes do Exército Brasileiro são marcos norteadores do percurso histórico da Educação Especial e Inclusiva. Serão apresentados abaixo alguns deles.

2.1.1 Declaração de Salamanca

Em 1994, em uma Conferência Mundial de Educação Especial, representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia na cidade de Salamanca, na Espanha, reafirmaram um compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de viabilizar uma educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino, cujos princípios e fundamentos são apresentados abaixo:

- a.** toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- b.** toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- c.** sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- d.** aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- e.** escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 01-02)

Assim, a Educação Inclusiva vai se fortalecendo a nível mundial, com líderes favoráveis a uma Educação sem discriminação, em que a pessoa com algum tipo de deficiência e que tenha necessidades educacionais especiais tenha o direito de aprender e de se desenvolver em um ambiente escolar regular, com a possibilidade de interagir com alunos que não apresentam deficiências, na sua maioria, e também

com outros que as tenham. A partir desse olhar para a Educação, a Declaração, também estabelece que:

todos os governos atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais; adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma; desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva; estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais; encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais; invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva; garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 01-02)

Essa nova política exige, portanto, que individualmente os governos, através de leis, façam com que o sistema educacional de seu país se reorganize e se reestruture para incluir crianças e jovens com algum tipo de deficiência em suas escolas regulares. Para isso, necessitar-se-á de um grande planejamento econômico e acima de tudo, de uma grande campanha motivacional para um novo olhar para Educação.

2.1.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Com o advento da LDBEN/1996 (Nº 9.394 / 1996), a educação especial se torna uma modalidade de ensino, em que o ensino aos alunos com deficiência deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino, havendo, quando for necessário, serviço de apoio de pessoas especializadas para atendê-los. O 1º inciso do Artigo 59 é claro ao definir que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos da Educação Especial: *“I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”*.

A partir do ano 2000 é que as crianças começaram a frequentar essas escolas, havendo naquele mesmo ano uma preocupação em estruturar o ambiente da escola no que se refere às instalações físicas. Desta forma, foi promulgada a Lei Federal nº

10.098/2000, que estabelece normais gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida.

2.1.3 Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (Decreto nº 3.956/2001)

Esta convenção baseou-se no princípio de que as pessoas com algum tipo de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos (inclusive o direito de não serem submetidas à discriminação com base na deficiência), emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. O artigo I esclarece os conceitos de deficiência e discriminação.

Para os efeitos desta Convenção, entende-se por:

1. Deficiência

O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

2. Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência

a) o termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

b) Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.

Por esses conceitos, cada vez mais reforça-se a inclusão das pessoas com deficiências no ambiente escolar regular e que a restrição das mesmas a esse meio é sim uma prática discriminatória.

2.1.4 Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB

O Exército Brasileiro, por sua vez, a fim de cumprir com as atualizações e exigências da legislação brasileira que estabelece educação para todos, vem

buscando inserir os alunos da educação especial em sua prática pedagógica cotidiana.

Assim, o SCMB entende por inclusão a garantia, o acesso ao saber compartilhado, a formação contínua e a permanência de todos no espaço comum da vida em sociedade. Tratando-se de um processo complexo, decidiu que a implantação da EEI deve ser implementada de forma paulatina e gradativa, pois necessitará de adaptações curriculares; ações pedagógicas, que envolvem capacitações de profissionais, montagem de salas funcionais e a coordenação das adaptações curriculares, consideradas como peculiares à Educação Especial; e as ações voltadas para os aspectos de acessibilidade.

Fundamentada em quatro princípios fundamentais (acesso, permanência, participação e aprendizagem), a Diretriz Pedagógica foi criada em 2015 para fornecer, de forma inicial e transitória, as orientações aos CM de modo a realizar ajustes ao longo do ano letivo, com intuito principal de educar os alunos com necessidades especiais. É importante para esse estudo, esclarecer vários aspectos da Educação Especial e Inclusiva no SCMB, no que diz respeito ao seu público alvo, modo de ingresso, avaliação, exigências de salas de recursos multifuncionais e também sobre a conclusão do Ensino Fundamental e Médio. Em seguida, apresentaremos com mais detalhes os conceitos e características de cada desses tópicos.

2.1.4.1 Público-Alvo da Educação Especial

Considerando que o CMPA iniciará o processo de inclusão em caráter oficial no ano de 2019, é fundamental destacar quem serão os alunos da Educação Especial. As Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB os classifica conforme abaixo:

- a. **Estudantes com deficiência** - aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.
- b. **Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento** - aqueles que apresentam quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na

comunicação e/ou estereotípias motoras. "Trata-se de alunos caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, e modalidades de comunicação e por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.

- c. **Estudantes com altas habilidades ou superdotação** - aqueles que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas.
- d. **Estudantes com transtornos funcionais específicos** - aqueles que têm impedimentos de curto prazo: dislalia, disortografia, discalculia, dislexia. TDA, TDAH e TOD.

A diretriz prevê que os estudantes incluídos nos itens a, b e c devidamente avaliados pela equipe multidisciplinar, serão atendidos pela Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e os incluídos no item d serão assistidos pela Seção Psicopedagógica.

2.1.4.2 Ingresso de Alunos Público Alvo da Educação Especial

É também de extrema importância ressaltar as formas pelas quais os alunos com necessidades especiais poderão ingressar no SCMB, a saber: pelo concurso de admissão ou pelo regulamento dos colégios militares (R-69). Para ambas, é uma exigência da Diretriz que os responsáveis, quando da matrícula do candidato/aluno, assinem um termo de compromisso, na SAEE, assumindo a responsabilidade de manter válidos os exames e laudos médicos pela periodicidade de um ano, assim como manter os tratamentos e acompanhamentos de médicos e especialista indicados. Seguem detalhes das formas de ingresso:

a. Alunos aprovados pelo Concurso de Admissão: durante o período de inscrição do concurso, os responsáveis deverão informar a necessidade específica do aluno. Caso a necessidade seja comprovada, as avaliações e suas condições de aplicação deverão ser flexibilizadas, ou seja, o conteúdo será o mesmo, porém os meios e as condições físicas (ambiente) da aplicação serão adaptados. Caso seja aprovado no exame intelectual, o aluno será submetido a uma Equipe Multidisciplinar, para avaliação do laudo médico apresentado pelos responsáveis conforme previsto na Portaria nº 098, de 13 de fevereiro de 2015. Segundo a Portaria, mais especificamente no Art. 6º, §1º, esta Equipe

Multidisciplinar analisará as necessidades especiais dos alunos levando em conta a apresentação de exames complementares, laudos e depoimentos dos profissionais responsáveis pelo tratamento do candidato.

b. Alunos que ingressaram no CM pelo R-69, cuja necessidade for explicitada pelos pais no ato da matrícula ou reserva de vagas: estes serão submetidos à Equipe Multidisciplinar para avaliação do laudo médico apresentado e submetido à Avaliação Diagnóstica Diferenciada (ADD), que será elaborada pela equipe de docentes da SAEE, e/ou de docentes com especialização no assunto, em face da análise do histórico escolar recebido da Escola anterior, bem como dos laudos médicos, para avaliação da criança, lavrados em ata e assinados pela Direção do CM. Esta ADD poderá sugerir o avanço ou o regresso do ano escolar pretendido.

c. Alunos que ingressaram no CM pelo R-69 cuja necessidade for constatada por integrante do Corpo Permanente e encaminhado à/ pela Seção Psicopedagógica: estes alunos só serão inseridos na modalidade da Educação Especial depois que esta for devidamente comprovada por laudo médico e considerado pela Equipe Multidisciplinar.

2.1.4.3 Avaliação Diagnóstica Diferenciada (ADD)

Assim como os alunos sem deficiência alguma, que ingressam ao SCMB pelo R-69, realizam uma Avaliação Diagnóstica para verificar suas habilidades e competências, os alunos com necessidades especiais deverão ser submetidos a uma ADD, dividida em três etapas, como seguem:

a. Entrevista: prevista para ocorrer em duas etapas: a primeira com os responsáveis pelo candidato, onde será preenchida uma Ficha Biográfica Anamnese, onde constarão as informações julgadas importantes pela SAEE/ Seção Psicopedagógica, uma cópia do Histórico Escolar do aluno e as observações informadas pela equipe que o acompanha fora da escola. A segunda entrevista ocorrerá com o candidato, acompanhado de um dos responsáveis, de um psicólogo, de um pedagogo e de um professor de Língua Portuguesa, esses três últimos, do CM. para avaliação das capacidades de leitura e escrita.

b. Aplicação de Avaliação Diagnóstica Diferenciada: somente após as entrevistas, a SAEE/ Seção Psicopedagógica analisará o currículo escolar do

aluno e elaborará avaliação para observar os conhecimentos prévios e as competências e habilidades já dominadas ou em fase de domínio.

c. **Devolutiva:** após a correção da avaliação e nova análise do perfil cognitivo do aluno, a equipe avaliadora informará aos responsáveis se o aluno tem condições de prosseguir no ano escolar demandado, se será necessário o regresso ou avanço e que tipo de atendimento especializado será importante para auxiliá-lo no desenvolvimento escolar.

2.1.4.4 **Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE)**

Os Colégios Militares, na medida em que iniciam a inserção da Educação Especial em seu cotidiano, devem promover a montagem de uma SAEE, que atenda especificamente aos alunos da educação especial. Deve ser uma seção com o mesmo status da Seção Psicopedagógica e desempenhar, de modo análogo, atividades similares previstas para a SAEE e explicitadas nas Normas de Psicopedagogia Escolar da Educação Básica (NPEEB) do SCMB, com o diferencial de especificar e direcionar as ações para os alunos da educação especial.

Inicialmente, o núcleo dessa Seção funcionará como uma “subseção” da Seção Psicopedagógica até que os CM tenham condições de a estruturar, fisicamente e em pessoal, conforme previsto nessa Diretriz. De acordo com a legislação em vigor, os responsáveis podem buscar esse apoio em instituições externas ao Colégio. Em se optando por essa alternativa, o responsável assumirá a incumbência de gerir todo o acompanhamento do candidato, bem como de manter ativo, trimestralmente, todas as informações a respeito do aluno. Com base nessas informações, a equipe da SAEE do CM planejará as ações adaptativas do currículo escolar e elaborará o Plano Educacional Individualizado (PEI).

A Seção Psicopedagógica/SAEE deverá apresentar o termo de matrícula para o responsável manifestar, por escrito, o desejo de esse atendimento ser realizado pelo CM, bem como as cláusulas de comprometimento caso opte pelo atendimento externo. As atividades da SAEE constituem-se de oferta obrigatória pelo CM e de caráter facultativo para a família.

A diretriz normatiza para a composição da SAEE os seguintes profissionais: 01 Pedagogo; 01 Psicopedagogo ou Orientador Educacional; 01 Psicólogo; 01 Assistente Social (exclusivo, se possível); 01 Professor de Língua Portuguesa; 01

Professor de Matemática; 01 Professor de Arte 01 Professor de Educação Física com especialização em Educação Especial e Inclusiva. Todos os profissionais devem possuir Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva. Na medida do possível, todos os coordenadores de ano escolar e coordenadores gerais de disciplina também devem ser capacitados para a EEI por meio de cursos de especialização *latu ou strictu sensu*.

Com relação as atribuições dos profissionais da SAEE, são inúmeras, tais como: identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos público-alvo; elaborar e executar o PEI, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos nas salas de recursos multifuncionais; acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula regular, bem como em outros ambientes da escola; estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade; ensinar e utilizar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais, promovendo autonomia e participação; estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares; orientar e acompanhar, se e quando for o caso, as ações dos professores da sala de aula comum nas atividades dos alunos especiais.

2.1.4.5 **Avaliação**

No quesito avaliação, entende-se que a mesma, na educação especial, tem caráter atemporal, isso quer dizer que demanda tempo diferenciado e deve ser adequada as necessidades específicas dos alunos. Sugere-se a preferência por avaliações formativas e dialógicas às somativas, e elas devem seguir os critérios de razoabilidade e viabilidade. Pretende-se flexibilizar o processo avaliativo preconizando a utilização de diferentes instrumentos, como avaliação escrita / oral). O aluno da educação especial deve ser avaliado sobre o que já sabe com critérios em níveis de domínio das Competências e Habilidades (ainda não domina, domínio

inicial, domínio elementar, domínio básico, domínio pleno). Não terá notas, porém conceitos: E – MB – B – R.

Importante observar que a SAEE determinará o tempo de prova, a modalidade do instrumento e sua periodicidade em face do desenvolvimento curricular do aluno e de sua adequação ao PEI.

2.1.4.6 Salas Especiais / Salas de Recursos Multifuncionais

As salas especiais ou salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado cujas finalidades são: prover e promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; garantir a transversalidade das ações de educação especial no ensino regular; fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem e assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Segundo o Manual de Orientação do Ministério da Educação, as salas de recursos são de dois tipos, e devem conter os seguintes equipamentos, móveis e materiais pedagógicos, conforme:

Sala tipo I: equipamentos (02 microcomputadores, 01 laptop, 01 estabilizador, 01 scanner, 01 impressora laser, 01 teclado com colmeia, 01 acionador de pressão, 01 mouse com entrada para acionador, 01 lupa eletrônica); mobiliários (01 mesa redonda, 04 cadeiras, 01 mesa para impressora, 01 armário, 01 quadro branco, 02 mesas para computador, 02 cadeiras); materiais didático/pedagógico (01 material dourado, 01 esquema corporal, 01 bandinha rítmica, 01 memória de numerais I, 01 tapete alfabético encaixado, 01 software comunicação alternativa, 01 sacolão criativo monta tudo, 01 quebra cabeças - seqüência lógica, 01 dominó de associação de idéias, 01 dominó de frases, 01 dominó de animais em libras, 01 dominó de frutas em libras, 01 dominó tátil, 01 alfabeto braille, 01 kit de lupas manuais, 01 plano inclinado – suporte para leitura, 01 memória tátil).

Na Sala tipo II deve conter todos os recursos da sala tipo I, adicionados os recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual, conforme: equipamentos e matérias didático/pedagógico (01 impressora braille – pequeno

porte, 01 máquina de datilografia braile, 01 reglete de mesa, 01 punção, 01 soroban 01 guia de assinatura, 01 kit de desenho geométrico, 01 calculadora sonora.

2.1.4.7 Terminalização do Ensino Fundamental e Médio e Expedição de Certificados e Diplomas

Sabemos que muitas das deficiências dos alunos com necessidades educacionais especiais estão relacionadas a baixa capacidade cognitiva, em que o processo ensino-aprendizagem é comprometido. Por isso, as Diretrizes Pedagógicas do SCMB preveem que alguns alunos necessitarão de mais tempo de permanência em alguns anos escolares. Seguindo o que está previsto pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelece que a permanência dos alunos no ensino fundamental é na idade de até 15 anos e de 17 anos para o ensino médio, o SCMB se apoiará nas idades previstas no R-69 para matrícula e permanência nos anos escolares).

Quanto da expedição de certificados e diplomas de conclusão do ensino fundamental e médio aos alunos da educação especial, serão iguais aos dos demais, porém, constará a seguinte informação: “Amparado pela CF art. 208. Aluno da Educação Especial conforme previsto na LDB 96 e no Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.”

Diante de tudo que foi exposto, de forma a informar sobre o funcionamento da educação especial e inclusiva e também sobre as exigências previstas pela Diretoria Preparatória e Assistencial (DEPA), o próximo passo será de apresentar a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos por esse estudo.

3. METODOLOGIA

Segundo o Manual de Metodologia da Pesquisa Científica (MMPC), a realização de uma pesquisa, pressupõe que o pesquisador escolha um tema e um problema a ser investigado, elabore um plano de trabalho e, após a execução operacional desse plano, escreva um relatório final, apresentado de forma planejada, ordenada, lógica e conclusiva.

Além disso, o manual explicita que o início da pesquisa surge com a definição de um objeto de estudo. Porém, alguns pesquisadores advogam que o estudo se inicia

sempre com uma questão, que é quando procuramos saber o porquê das coisas. Essa questão surge de um processo criativo que se inicia com a dúvida e segue até a formulação de um problema de pesquisa. Tem como elementos fundamentais: curiosidade, iniciativa, disposição e raciocínio lógico. A dúvida surge por meio da observação curiosa do mundo, em que um fato desconhecido para o público em geral, ou para um indivíduo em particular, provoca um questionamento a seu respeito.

Motivado pelo início da EEI a partir de 2019 no CMPA, a presente pesquisa preocupou-se em verificar como o colégio está se preparando diante dessa nova realidade. Caracteriza-se, quanto à natureza, como do tipo aplicada, que segundo Gil (2002, p.17), tem por objetivo a produção de conhecimentos que tenham aplicação prática e dirigidos à solução de problemas reais específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Quanto à forma de abordagem, este estudo se classifica em qualitativa, pois segundo o MMPC, neste tipo de abordagem, há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requerem o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Os pesquisadores tendem a analisar os seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (Minayo 2004). No que se refere ao objetivo geral, esta pesquisa se classifica em descritiva, pois pretende descrever processos para a implantação da EEI no CMPA, que mediante análise, serão avaliados com base nas diretrizes educacionais do SCMB.

Para cumprir seu objetivo principal, e com o intuito de ampararmos o presente estudo em bases legais e diretrizes atuais reforçadas por conceitos referentes ao processo de EEI, realizou-se uma revisão bibliográfica

tendo como fontes de busca a legislação brasileira, as diretrizes da EEI do SCMB, as conferências e convenções internacionais, artigos de revistas científicas, livros, entre outros.

Além disso, a pesquisa contou com informações de profissionais da Seção Psicopedagógica, da Supervisão Escolar e da Seção de Projetos, pessoal que está se dedicando ao processo de preparação e adaptação do CMPA diante da nova

realidade educacional. Optou-se pela aplicação de questionários como técnica, na escolha do instrumento de coleta de dados. Eles foram aplicados a todos os integrantes da Seção Psicopedagógica do CMPA, à chefe da supervisão Escolar, bem como ao chefe da Seção de Projetos, que se encontra envolvido nas questões de reestruturação do espaço físico do colégio.

Um questionário destinou-se à direção pedagógica de uma escola de ensino infantil e fundamental da rede privada de ensino da cidade de Porto Alegre, que vem atuando na Educação Especial e Inclusiva há alguns anos. Seu objetivo foi de analisar o processo de inclusão de uma escola civil com bastante experiência na inclusão educacional, como fonte de boas práticas e sugestões à implementação da Educação Inclusiva no CMPA. Todos os questionários foram constituídos por questões abertas, para que os informantes relatem os procedimentos e métodos que estão realizando e/ou já utilizaram no contexto da Educação Especial e Inclusiva.

4. RESULTADOS

4.1 Espaço físico e acessibilidade

A seção de Projetos do CMPA está encarregada da reestruturação do espaço físico do colégio e vem se dedicando às questões de acessibilidade para que o mesmo possa receber, a partir do próximo ano, alunos da educação inclusiva. É preciso destacar que o prédio centenário do CMPA pertence ao patrimônio histórico e cultural da cidade de Porto Alegre. Diante de tal realidade, foi informado pelo chefe da seção que intervenções nas instalações para atender às várias necessidades especiais estão sendo feitas, seguindo os seguintes documentos norteadores de orientações e exigências para a confecção dos projetos: ABNT/NBR 9050, Lei Nr 13.146, de 06 Jul 2015 e o Decreto 9.296, 01 Mar 2018.

Atualmente, portas das salas de aula, enfermaria, alojamentos e capela já foram substituídas para atender ao padrão de 90 cm de vão livre; também, três banheiros para pessoas com deficiência (PcD) foram construídos e retirou-se nove tablados das salas de aula para facilitar o acesso ao Quadro Branco dos alunos com deficiências. Em andamento, estão sendo providenciadas a instalação de dois elevadores e de três rampas elevatórias, uma delas para o palco do Salão Brasil

(onde as apresentações artístico-culturais, reuniões de pais, e outras atividades pedagógicas são realizadas), outra para as salas de idiomas, chamadas de “Salas Especiais” onde as aulas de inglês e espanhol acontecem, local que visa atender aos princípios do Sistema de Ensino-Aprendizagem por Níveis (SEAN), e a última, para a Associação dos Amigos do Casarão da Várzea (AACV) que apoia o CMPA em inúmeras atividades e tem como missão integrar a família do aluno com a escola. Também estão em fase de construção a reforma dos Laboratórios de Química e Biologia visando atender à acessibilidade (retirar tablado, abrir espaço para cadeirante, baixar bancadas, instalação de porta antipânico); instalações de portas antipânico no Salão Brasil; a construção de dois banheiros para pessoas com deficiência (PcD); a retirada de cinco tablados de salas de aula; a instalação de rampas de acesso; a instalação de corrimãos; a instalação de piso podotátil e a colocação de sinalização visual.

O prazo para a concretização das obras e projetos estruturais está previsto para o mês de maio/2019, que é o prazo contratual, regulado pela Tomada de Preço.



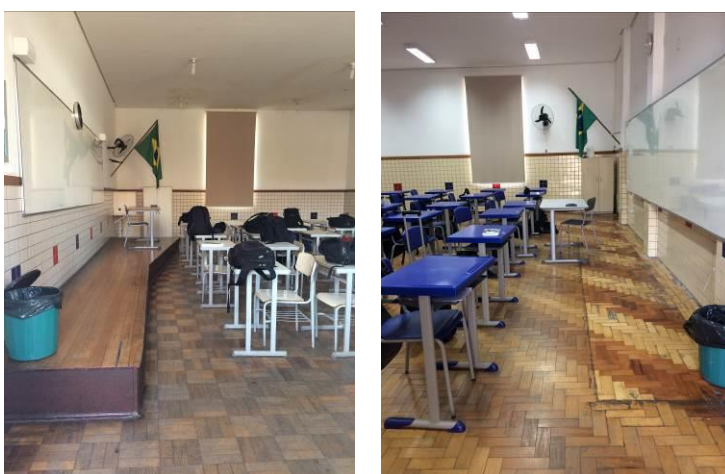
Figura 1- Portas com 90cm de vão livre **Figura 2- Rampa no Lab. Biologia** **Figura 3- Acesso cadeirante no Lab. Química**



Figuras 4 e 5- Banheiro adaptado



Figuras 6 e 7- Sala de Recursos



Figuras 8 e 9 – Retirada de tabladros

4.2 Capacitação de docentes e práticas pedagógicas para a educação inclusiva no CMPA

No que diz respeito às questões de ensino-aprendizagem propriamente ditas, envolvendo a prática docente e as atividades didático-pedagógicas que fazem parte da Educação Inclusiva, a chefe da Seção de Supervisão Escolar (Spvs Es) relatou que sua Seção vem promovendo e acompanhando a formação continuada dos professores, está realizando a leitura e o estudo da legislação existente no meio acadêmico e a específica do SCMB com a finalidade de preparar os profissionais e o CMPA para a educação especial e inclusiva. Do ponto de vista da Seção Psicopedagógica, informou que sempre atendeu aos casos que demandaram atendimentos às situações específicas, seja de caráter temporário ou permanente, e que vem realizando o mapeamento dos mesmos e dos planos de intervenção já em execução, nomeados Planos de Intervenção Pedagógico (PIPE). Entretanto, na perspectiva da formalização da EEI e do possível recebimento de patologias que

demandem adaptações maiores, os componentes da seção estão se apropriando dos aspectos legais inerentes à prática inclusiva no contexto escolar, bem como dos processos que viabilizarão a efetivação da educação Inclusiva no CMPA. A seção tem buscado realizar ato de capacitação em EEI para o corpo docente e demais agentes de ensino.

Com relação a eventos de capacitação promovidos pelo SCMB ou por outras instituições civis, o CMPA promoveu em 2015 o IX Seminário de Educação da DEPA com a temática “Educação Inclusiva”, que contou com a presença de uma das referências nacionais na área: Rosita Carvalho². Neste evento participaram todos os profissionais do CMPA e alguns dos demais Colégios Militares. A Seç Spvs Es relatou que participaram de eventos como: Workshop Internacional de Educação Inclusiva: Inclusão na sala de aula - da retórica à realidade, no ano de 2016; do I Seminário de Educação Inclusiva do SCMB no Colégio Militar de Curitiba (CMC) em 2017, com a presença de duas representantes, e do XI Seminário de Educação da DEPA, promovido pelo CMBH, que também contou com palestras e oficinas que abordaram a temática.

No primeiro semestre de 2017, aconteceu a I Semana de Inclusão do CMPA, debatendo sobre temas relacionados à Educação Especial, com objetivo de capacitar os profissionais do colégio e sensibilizar docentes e discentes sobre o tema, contando com a participação de profissionais e alunos do CMPA. No segundo semestre do mesmo ano, o CMPA ofereceu a trinta e três integrantes (corpo docente, monitores, e funcionários) o curso Atendimento Educacional Especializado e Tecnologia Assistiva, com carga horária de 120 horas, promovido pela Assistiva Tecnologia e Educação em parceria com a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Este curso teve como propósito a sensibilização dos participantes e oportunizou o contato com tecnologias assistivas. A Seção de Supervisão Escolar também organizou um Estágio de Atualização Pedagógica (EstAp) com palestras e saídas de campo (Projeto Fora da Caixa). Além disso, convidaram palestrantes das universidades locais e instituições que já trabalham com a inclusão. Dentro do mesmo propósito, oportunizaram a visita à Universidade FEEVALE e à Escola de

² Doutora em Educação, mestre em Psicologia e Políticas Públicas, especialista em Neuropsicologia, Psicopedagogia e em Teorias e Técnicas Psicopedagógicas, atuante principalmente em transtornos de aprendizagem.

Aplicação da FEEVALE, referência em adaptação dos espaços e currículos para a acessibilidade e inclusão a fim de sensibilizar e capacitar profissionais, durante os momentos de formação continuada que ocorrem anualmente na Instituição. Em 2018, estão sendo promovidos uma série de eventos pela Seção Psicopedagógica, com enfoque na inclusão no cotidiano escolar, tanto presenciais quanto em ambiente virtual. Esses encontros contam com palestras nos seguintes temas: “Sala de aula inclusiva ou aluno de inclusão?” “Aspectos avaliativos da inclusão” e também com salas temáticas sobre metodologias em diferentes deficiências (deficiência Intelectual, autismo, transtorno opoitor, surdez, altas habilidades, deficiência física, cegueira, síndrome de Down) com carga horária de 10h. Também ocorre, paralelamente, uma pesquisa que visa identificar demanda e estratégias para a efetivação da educação inclusiva no CMPA.

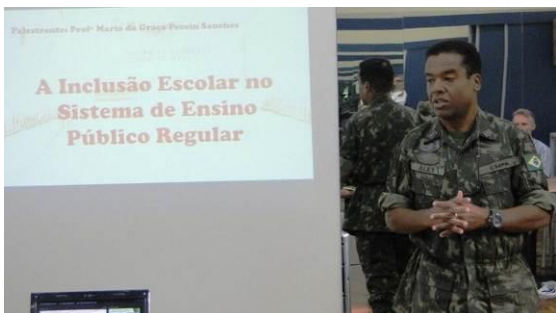


Figura 10: I Semana de Inclusão do CMPA



Figura 11: Projeto: Oficinas de Inclusão no Cotidiano Escolar



Figuras 12 e 13: I Semana de Inclusão do CMPA

Quanto à formação de profissionais na área, a Spvs Es conta com uma profissional, a 2ª Ten Karini Bianchin, adjunta da Seção, que no primeiro semestre de 2018 concluiu sua pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva. Ainda, a

seção Psicopedagógica tem uma psicopedagoga realizando Doutorado em Educação e cuja pesquisa é no tema da inclusão.

Também foram questionados sobre quem serão os alunos com necessidades especiais previstos para o ano letivo de 2019, daqueles que ingressam no sistema pelo R-69, e a Spvs Es disse que não tem como prever ou antecipar todos os dados; acrescentou que é possível antecipar alguns casos (observação ou declaração dos pais no ato da reserva de vaga) daqueles alunos que participam do Projeto Garança (alunos, cujos responsáveis estão solicitando a vaga para a matrícula no ano seguinte, realizam uma ambientação com a escola e também participam de aulas). Para os concursados, na inscrição do concurso, porque neste caso, os candidatos precisam declarar a deficiência.

Sobre os procedimentos iniciais para o ingresso do aluno com necessidades especiais, a Spvs Es respondeu amparada na Diretriz Pedagógica da DEPA, que no caso dos filhos de militares, existem alguns processos a serem cumpridos, tais como: responsáveis requerem a vaga explicitando a necessidade de seu filho (a); assinatura de um termo assumindo a responsabilidade por manter os exames e laudos médicos atualizados pela periodicidade de um ano e manter o acompanhamento dos especialistas indicados; avaliação pela Equipe Multidisciplinar para consideração do laudo médico; avaliação diagnóstica diferenciada que será elaborada pela equipe de docentes da SAEE; e finalmente encaminhamento à DEPA de análise pormenorizada de cada caso e solicitação de vaga.

Sobre a estruturação da SAEE, como seção ou subseção da Seção Psicopedagógica, respeitando os profissionais e as exigências que a Diretriz prevê, a mesma já está sendo estruturada e em fase de implantação. Já conta com um psicólogo, tem designadas uma pedagoga, uma professora de matemática e uma de português. Os demais integrantes estão em fase de recrutamento e ainda no mês de agosto deverá sair a publicação dos integrantes da Seção, com alguns profissionais exclusivos e outros que acumularão funções. Acrescentando, com relação à Sala de Recursos Multifuncionais, o CMPA já possui esse ambiente equipado, para iniciar o atendimento educacional especializado no ano de 2019, e segundo a Supervisão uma sala é suficiente para o atendimento.

Considerando os profissionais capazes de ensinar linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização (LIBRAS, DOSVOX³, BRAILE, Comunicação Alternativa⁴), o CMPA não os possui, e o contrato dos mesmos

dependerá da demanda, já que ainda não sabemos quais deficiências teremos para atender.

Finalmente, sobre o processo avaliativo, o mesmo depende da deficiência. O aluno da EEI que não tenha deficiência intelectual e que não demande adaptação de conteúdos será avaliado cognitivamente tal quais os demais. Por outro lado, aqueles que tenham alguma deficiência intelectual e demande adaptação de conteúdos e currículo, poderá ter um leitor, uma prova adaptada e outras atividades pedagógicas. Sua avaliação será por parecer descritivo, conforme habilidades e competências previstas no seu PEI.

4.3 Experiência em Educação Especial e Inclusiva em escola civil

Com o intuito de conhecer práticas de outras escolas, este estudo pode descobrir um pouco do processo inclusivo de uma escola civil da cidade de Porto Alegre que trabalha com EEI desde a sua fundação há 30 anos. A Escola atua na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Crianças com diferentes necessidades especiais, desde questões motoras (cadeirantes, com hemiplegias congênitas ou adquiridas), questões intelectuais e mentais (Síndrome de Down, por exemplo), Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) (autismo, Asperger e outros), além das questões de Transtorno do Déficit de Atenção (TDH) entre outras, que não são consideradas, pela Lei de inclusão (Lei nº 13.146/2015), como situações típicas de inclusão, foram educadas nessa escola e outras seguem no seu processo educativo.

Quanto aos procedimentos iniciais para o ingresso do aluno com necessidades especiais, a escola relatou que inicialmente há uma entrevista com a direção ou coordenação geral, quando a criança é apresentada à escola por seus responsáveis, é encaminhada uma conversa no sentido de compreender a demanda que se apresenta. A seguir, após a família preencher a ficha com dados do aluno(a) para inscrição, a coordenação faz um contato com os(as) especialistas, se houver, e por

^{3/4} **DOSVOX:** sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz, desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores. **Comunicação Alternativa:** área da tecnologia assistiva que se destina especificamente à ampliação de habilidades de comunicação. Destina-se a pessoas sem fala ou sem escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade de falar e/ou escrever.

fim, marca um encontro com a criança para ser avaliada pedagogicamente. A partir desse momento, a matrícula é liberada, considerando sempre a possibilidade de vaga na turma em questão. A família é informada sobre esse procedimento, no momento da entrevista.

Com relação aos profissionais encarregados do Atendimento Educacional Especializado, a escola conta com uma equipe de coordenação (quatro pedagogas), sempre em formação, com experiência de muitos anos no trabalho com a inclusão. Há a participação constante das coordenadoras em cursos sobre o assunto e há também encontros com especialistas dos alunos (as), que segundo a coordenadora pedagógica, são bastante onerosos. A escola conta com uma assessoria na área da psicologia, voltada ao apoio à coordenação e professores (as) e com uma educadora especial, que acompanha o trabalho da sala de recursos e da sala de aula regular, junto às professoras regentes.

Sobre a formação do corpo docente, a escola acredita que acontece o tempo inteiro e se dá com muito estudo, leituras, compartilhamento de ideias e experiências e com a prática diária. Busca, nesse sentido, oferecer à equipe momentos variados de formação, através de cursos, grupos de estudos, reuniões semanais com professores e professoras, encontros com convidados (as), conversas com as famílias, especialistas, coordenação e educadora especial. Uma professora da educação infantil acrescentou:

Para que a inclusão aconteça de forma efetiva, como tem acontecido em minha prática diária em sala de aula é fundamental o apoio pedagógico da coordenação, trocas com a família e especialistas da criança para que possamos trabalhar na mesma "direção" de forma conjunta e não fragmentada. Portanto é positivo e importante ter esse apoio e trocas proporcionadas pela Escola/coordenação pedagógica.

Considerando o atendimento a esses alunos, sobre os procedimentos didático-metodológicos, a elaboração de planos educacionais individuais, planos de aula, e outros documentos, a escola relatou que após a avaliação da criança de inclusão, pela professora, coordenação e educadora especial, é elaborado um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)⁵, apresentado, discutido, aprovado pela família e especialistas. A seguir, o planejamento docente busca contemplar o que está previsto nesse documento e as propostas de aula e tarefas de casa são pensadas a

partir dele, com ajustes necessários ao momento da criança, considerando, o mais possível, as temáticas trabalhadas na série. Sobre o quesito processo avaliativo, a escola relatou que atualmente é realizado com o apoio da educadora especial, sempre em parceria com a coordenação, professoras e especialistas. A avaliação pedagógica inicial é feita através de jogos e brincadeiras que colaboram para entender o modo de funcionamento da criança e questões a serem mais investidas em cada área.

No final do semestre (educação infantil) e trimestre (ensino fundamental), após um tempo de trabalho diário na sala de aula regular e semanal, na Sala de Recursos, a professora regente, em parceria com a coordenação e educadora especial, realizam um parecer descritivo da criança, situando-a em relação aos seus avanços e aprendizagens, considerando o seu PDI (se tiver) e o percurso individual. Também, a educadora especial realiza um parecer da criança após a sua avaliação inicial. A escola possui uma Sala de Recursos, em uma das duas unidades da escola, contendo todos os equipamentos previstos em lei: jogos e materiais de alfabetização e numéricos, quadro branco, materiais de escrita e desenho, computador, software interativo, caixa tátil, adaptações físicas (rampa, banheiro adaptado, mouse com acionador...).

Sobre o número de alunos por turma, quando há aluno pertencente à educação inclusiva, a escola relatou que cumpre o que está estabelecido por lei: até três alunos(as) por turma, se as questões forem semelhantes e até dois, se forem questões diferentes. A escola se reserva o direito, no entanto, de avaliar com atenção cada caso, vendo as possibilidades de manter esse número por turma, dependendo do grau de comprometimento da(s) criança(s).

Com relação aos profissionais habilitados para ensinar linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, a escola mencionou que há uma educadora especial e uma funcionária da escola em formação em relação à comunicação alternativa (estudante de pedagogia, acompanhante de autista). Porém, os demais modos de comunicação não se fizeram necessários até o momento, mas serão acolhidos, caso haja essa demanda.

⁵ **PDI:** é um instrumento para adaptar o currículo escolar às necessidades dos alunos de inclusão escolar. Seu planejamento visa ao atendimento das dificuldades de aprendizagem das necessidades especiais e ao favorecimento de sua escolarização. Consideram as competências e potencialidades dos alunos, tendo como referência o currículo regular.

Por outro lado, sobre o funcionamento e o atendimento aos profissionais externos (médicos, terapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, etc.) que acompanham os alunos da educação inclusiva, a escola relatou que a parceria é efetiva, pois os profissionais vêm à escola pelo menos uma vez a cada trimestre ou semestre, para conversar com a professora, coordenação e educadora especial. Também observam a criança na escola em algumas situações. Por vezes, a equipe da escola se desloca até o local de atendimento à criança.

Na semana passada tivemos cinco profissionais que atendem a um aluno para discutirmos uma questão em relação aos seus movimentos, pois no trabalho individual não estava bem claro, e tivemos um resultado bastante positivo”, relatou a Coordenadora Pedagógica da escola.

Por fim, a escola acrescentou que referente ao tema em questão, acredita na importância de as crianças de inclusão estarem na escola, em sala de aula regular, aprendendo em companhia de colegas e professores (as). Entende que é um direito e uma necessidade a convivência com a diferença que habita cada um(a) de nós; e as crianças de inclusão, que possuem necessidades ainda mais urgentes, precisam, mais do que nunca, ter esse espaço garantido. Para além da lei, para a escola investigada, a inclusão é uma atitude: de respeito, de cuidado, de afeto e de valor.

5. DISCUSSÃO

Baseado nas informações recebidas pelos chefes das Seção de Projetos, Seção de Supervisão Escolar e Seção Psicopedagógica, e também pela observação das obras estruturais visíveis, fundamentaremos a discussão sobre a preparação do CMPA para iniciar de fato a Educação Especial e Inclusiva no ano de 2019.

Quanto às obras de acessibilidade, podemos verificar que o CMPA está se empenhando para cumprir emergencialmente alguns aspectos previstos na Norma Brasileira (ABNT NBR 9050: 2004) para acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Atualmente o CMPA possui mais de 30 salas de aula espalhadas por dois andares, laboratórios de Física, Química, Biologia, Matemática, salas de idiomas (SEAN), salas de multimídias, uma biblioteca (segundo andar), dentre outras dependências. Percebe-se que há obras por todo o colégio, sendo que algumas estão mais adiantadas e outras mais atrasadas.

Até o início do presente ano, O CMPA ainda contava com o espaço físico da maioria das salas de aula em um padrão bastante antigo, com a presença de um tablado próximo ao quadro que deixa o professor mais alto em relação à turma, cujas carteiras estão em um nível mais baixo do que o docente. Verificou-se que este desnível dentro da sala de aula regular é um empecilho ao aluno cadeirante para chegar próximo ao quadro branco e por isso, muitas das salas de aulas já foram niveladas, com a retirada dos tablados, restando apenas cinco do andar superior para a concretização desse objetivo. Percebe-se uma preocupação inicial maior com o cadeirante, pois as bancadas dos laboratórios estão sendo baixadas e o espaço para ele está sendo pensado junto dos alunos típicos. Todas as portas das salas de aulas foram adaptadas para o padrão do vão previsto. Com relação aos banheiros adaptados, três já foram entregues para atender cadeirantes e outros dois estão em fase de construção. Após visita à biblioteca e pelo relato do bibliotecário da escola, Ten Gleidson,

com as reformas na biblioteca, ela foi adaptada para atender cadeirantes pois possui espaço entre as estantes para a cadeira circular, a porta principal e as demais internamente possibilitam o acesso, e a bancada de atendimento também foi feita na altura que se enxergue o aluno cadeirante e que o mesmo consiga apoiar os livros.

Parece tardia as obras dos elevadores, previstos em número de dois, pois até o presente mês, pouco se vê referente às suas instalações, apenas a demarcação do espaço onde um deles será construído. Cabe ressaltar que os elevadores são importantíssimos para levar os alunos até a biblioteca do colégio e também às multimídias.

Ainda não sabemos quem serão os alunos da EEI e percebeu-se também uma preocupação com o deficiente visual pois nessa primeira fase de entrega das obras em maio, está prevista a instalação de corrimãos; piso podotátil e a colocação de sinalização visual. Nota-se que houve falta de planejamento para a entrega dessa primeira fase das obras, pois o ano letivo iniciará em fevereiro e as obras serão entregues em maio.

Com referência aos retornos da Seção Psicopedagógica e de Supervisão Escolar percebe-se que os profissionais do CMPA estão, desde 2015, preocupados

em sensibilizar profissionais para a nova realidade educacional. Focados na Educação Inclusiva, neste mesmo ano o próprio CMPA promoveu o Seminário de Educação da DEPA nessa temática, investindo em uma palestrante de referência na área. Seguindo, em 2016 e 2017 ofereceu a alguns profissionais oportunidade de participar de Seminários em outros colégios militares. Outra iniciativa muito bem pensada foi a saída de campo para verificar o trabalho de uma universidade civil da região que é também referência em Inclusão. No ano passado, a qualificação de profissionais aconteceu dentro do próprio colégio com um curso de Atendimento Educacional Especializado e Tecnologia Assistiva, oferecido gratuitamente a integrantes do CMPA. Os profissionais do colégio tiveram contato e ouviram depoimentos de profissionais e alunos com alguma deficiência que fizeram parte do sistema educacional inclusivo. Além disso, no presente ano, a Seção Psicopedagógica se empenhou consideravelmente em um programa de palestras, dessa vez, para todos os integrantes do CMPA em horário de reunião da Divisão de Ensino, trazendo profissionais com muita experiência em ensino inclusivo, que puderam palestrar sobre práticas pedagógicas para atender alunos com deficiências específicas, e dialogar sobre os benefícios da inclusão no ensino regular. Paralelamente aos eventos de sensibilização de professores e como oportunidade para pensarmos profundamente em tudo o que envolve a inclusão no CMPA, criaram-se grupos de trabalho, divididos por diferentes aspectos, que se debruçaram sobre a legislação e também sobre as potencialidades do CMPA e apresentaram os grandes desafios a serem vencidos passo a passo. Esse trabalho é liderado por uma militar da Seção Psicopedagógica que está desenvolvendo sua tese de Doutorado em EEI. Diante de tudo que foi exposto, pode-se afirmar que o CMPA está mergulhado na sensibilização de seus profissionais que, por ser uma instituição muito rígida e conservadora, precisa investir muito nessa questão.

Sobre os profissionais com formação em Educação Especial e Inclusiva, o CMPA está ainda muito aquém do que a diretriz da DEPA normatiza para a constituição da SAEE. Contamos com apenas um pedagogo, um professor de Língua Portuguesa e um professor de Matemática com curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva. Além do psicólogo, do assistente social, do professor de Arte e do professor de Educação Física, que estão previstos para a SAEE, a diretriz prevê que todos os coordenadores de ano e de disciplina tenham

preferencialmente este curso de especialização. Dessa forma, é emergencial pensar na formação desses profissionais.

Um aspecto bastante positivo é que o CMPA pensou no funcionamento da SAEE desde a sua gênese como seção independente e não como “subseção” da Seção Psicopedagógica, pois as atribuições dos seus profissionais são inúmeras e requerem um comprometimento muito grande com os alunos no contra turno e um diálogo constante com os educadores do turno regular. Por isso, para que o trabalho seja eficiente e efetivo, nota-se fundamental que seus profissionais sejam exclusivos e que possam interagir com todos os profissionais que atendem os alunos. Essa comunicação parece essencial para promover um desenvolvimento completo dos alunos, cujo objetivo principal é promover, passo a passo, sua maior independência.

Do ponto de vista de espaço físico e materiais previstos para a Sala de Recurso Multifuncional, o CMPA está com a sala praticamente pronta e equipada, conforme figuras 6 e 7, inclusive já adquiriu uma impressora braille e uma máquina de escrever tipo braille. O CMPA julga que uma sala contendo materiais e equipamentos tanto da sala tipo I como da sala tipo II, (conforme prevê a diretriz), é suficiente, o que parece bem adequado para começar.

Com o intuito de complementar o presente trabalho, procurou-se entender um pouco do processo inclusivo de uma escola civil por sua longa experiência na educação inclusiva. Percebe-se que a escola cumpre o que está previsto em lei, sobre número de alunos por turma, sala de recursos multifuncionais, a confecção de documentos (PDI) e se dedica ao processo avaliativo individualizado.

Chama a atenção o diálogo existente entre os profissionais da escola e também com os terapeutas e médicos que atendem a criança em terapias fora do ambiente escolar. A instituição é extremamente dedicada na busca pelo melhor atendimento ao aluno pois além de realizar reuniões semanais entre profissionais, promove grupos de estudo na área, há conversas com a família, e encontros com especialistas da criança em outras áreas do conhecimento (fonoaudiologia, neurologia, psicologia, entre outros.). Estes profissionais são sempre bem-vindos à escola complementando o seu trabalho, para que a educação possa ocorrer de forma ainda mais completa, com a participação de todos que cuidam dessa criança.

6. CONCLUSÃO

Diante de todas as questões apresentadas por este estudo, que procurou ter uma ideia de como está acontecendo o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais no CMPA, que de fato iniciarão o ano letivo em 2019, pode-se afirmar que esta temática é encarada pelo colégio com bastante seriedade e comprometimento e visto por todos como um grande desafio a ser descoberto e vencido passo a passo.

Da parte de acessibilidade, o colégio passa por uma reestruturação de sua estrutura física com obras adiantadas e outras atrasadas. É preciso destacar que o prédio centenário do CMPA possui uma estrutura bastante antiga e é tombado pelo patrimônio histórico e cultural da cidade de Porto Alegre; por isso realizar obras e mudanças em seu prédio é sempre um assunto delicado.

Tem se trabalhado muito, principalmente neste ano, na motivação e sensibilização de todos os profissionais do CMPA para a temática e desde 2015 membros do colégio participam de palestras na área. Há ainda muito a fazer na formação dos profissionais em cursos de especialização em educação inclusiva para que a prática pedagógica seja efetiva com esses alunos que demandam um atendimento escolar individualizado e especializado.

A exemplo da escola civil investigada, que se envolve com o desenvolvimento completo de seus alunos, é extremamente importante que o CMPA busque profissionais exclusivos para a SAEE e que procure meios de expandir as relações com todos os terapeutas envolvidos com as crianças da educação especial, para que esse diálogo contribua positivamente para o desenvolvimento educacional e para a independência dos alunos da educação especial e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. BRASÍLIA: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DEPA, **Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no Sistema Colégio Militar do Brasil**: Rio de Janeiro, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007. Disponível em: <http://www.ebaula.eb.mil.br/ebaula/pluginfile.php/191923/mod_resource/content/2/Assunto_01/07.04.01.04_SPG_2008_Manual_MPC.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2018.

_____. **Educação especial e educação inclusiva: Qual a diferença?**. 2018. Disponível em:

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/educacao-especial-e-educacao-inclusiva-qual-a-diferenca/55698>> Acesso em: 13 Jul 2018.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA ESAO – 2018 – Cap Letícia

O presente estudo tem por finalidade verificar os procedimentos adotados pelo Colégio Militar de Porto Alegre no que diz respeito a toda a preparação da instituição diante do início oficial da Educação Especial e Inclusiva no ano de 2019.

O presente questionário focará na Seção de Projetos, que se dedica à reestruturação física do CMPA.

Ao Sr Cel Angonese, Chefe da Seção de Projetos

- 1) Diante do início oficial da Educação Especial e Inclusiva no ano de 2019, o que o CMPA tem feito para reestruturar sua estrutura física a fim de atender alunos com algum tipo de necessidade especial?
- 2) Há documentos com orientações e exigências para a confecção dos projetos de adequação da infraestrutura? Quais?
- 3) Quais mudanças e obras já estão concretizadas?
- 4) Quais obras estão em processo?
- 5) Qual o prazo para a concretização das obras e projetos estruturais previstos?
- 6) O Sr sabe se há algum estudo sobre previsão de alunos com necessidades especiais para o ano letivo de 2019, daqueles que ingressam no CM pelo R-69?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA ESAO – 2018 – Cap Letícia

Aos profissionais da Seção Supervisão Escolar do CMPA

O presente estudo tem por finalidade verificar os procedimentos adotados pelo Colégio Militar de Porto Alegre no que diz respeito a toda a preparação da instituição diante do início oficial da Educação Especial e Inclusiva no ano de 2019.

O presente questionário focará na Seção Supervisão Escolar, que supervisiona os procedimentos didático-pedagógicos do CMPA.

1) De que forma a Supervisão Escolar está se preparando para a educação especial e inclusiva?

2) Os profissionais da Seção participaram de eventos de capacitação promovidos pelo SCMB ou por outras instituições civis sobre o tema em questão, nos últimos anos? Se positivo, favor citar o evento, e explicar um pouco de que forma se constituiu. Caso estejam participando atualmente, favor informar.

3) A Supervisão Escolar do CMPA, tem promovido eventos, palestras ou minicursos para capacitar seus docentes ou realizar diálogo sobre a nova realidade? Se positivo, explicar um pouco.

4) A Supervisão Escolar / CMPA, sabe quem serão os alunos com necessidades especiais previstos para o ano letivo de 2019 no CMPA, daqueles que ingressam no sistema pelo R-69?

5) Quais são os procedimentos iniciais para o ingresso do aluno com necessidades especiais?

6) O CMPA tem condições de ter, já no ano de 2019, uma Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), ou essa seção funcionará como “subseção” da Seção Psicopedagógica? (considerar os seguintes profissionais pertencentes à SAEE: 01 Pedagogo, 01 Psicopedagogo ou Orientador Educacional, 01 professor de Língua Portuguesa, 01 Professor de Matemática, 01 Professor de Arte, 01 Professor de Educação Física (todos com especialização em Educação Especial e Inclusiva), 01 Psicólogo e 01 Assistente Social?

7) O CMPA possui atualmente alguma Sala de Recursos Multifuncionais para iniciar o atendimento educacional especializado no ano de 2019, ou realizará esse

atendimento em outra instituição de ensino? Se positivo, quantas? Caso negativo, onde pretende oferecer esse atendimento?

8) Essa (s) sala (s) já estão equipadas? Se positivo, quais equipamentos, mobiliários e materiais didáticos / pedagógicos possuem?

9) O CMPA conta com profissionais capazes de ensinar linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização (LIBRAS, DOSVOX, BRAILE, Comunicação Alternativa)? Caso negativo, tem pretensão de contratá-los?

10) Como o aluno da educação especial e inclusiva será avaliado?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA ESAO – 2018 – Cap Letícia

Aos profissionais da Seção Psicopedagógica do CMPA

O presente estudo tem por finalidade verificar os procedimentos adotados pelo Colégio Militar de Porto Alegre no que diz respeito a toda a preparação da instituição diante do início oficial da Educação Especial e Inclusiva no ano de 2019.

O presente questionário focará na Seção Psicopedagógica, que se dedica aos procedimentos pedagógicos para a implantação da educação inclusiva.

1) De que forma a Seção Psicopedagógica está se preparando para a educação especial e inclusiva?

2) Os profissionais da Seção participaram de eventos de capacitação promovidos pelo SCMB ou por outras instituições civis sobre o tema em questão, nos últimos anos? Se positivo, favor citar o evento, e explicar um pouco de que forma se constituiu. Caso estejam participando atualmente, favor informar.

3) A Seção Psicopedagógica / CMPA, tem promovido eventos, palestras ou minicursos para capacitar seus docentes ou realizar diálogo sobre a nova realidade? Se positivo, explicar um pouco.

4) A Seção Psicopedagógica / CMPA, sabe quem serão os alunos com necessidades especiais previstos para o ano letivo de 2019 no CMPA, daqueles que ingressam no sistema pelo R-69?

5) Quais são os procedimentos iniciais para o ingresso do aluno com necessidades especiais?

6) O CMPA tem condições de ter, já no ano de 2019, uma Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), ou essa seção funcionará como “subseção” da Seção Psicopedagógica? (considerar os seguintes profissionais pertencentes à SAEE: 01 Pedagogo, 01 Psicopedagogo ou Orientador Educacional, 01 professor de Língua Portuguesa, 01 Professor de Matemática, 01 Professor de Arte, 01 Professor de Educação Física (todos com especialização em Educação Especial e Inclusiva), 01 Psicólogo e 01 Assistente Social?

7) O CMPA possui atualmente alguma Sala de Recursos Multifuncionais para iniciar o atendimento educacional especializado no ano de 2019, ou realizará esse

atendimento em outra instituição de ensino? Se positivo, quantas? Caso negativo, onde pretende oferecer esse atendimento?

8) Essa (s) sala (s) já estão equipadas? Se positivo, quais equipamentos, mobiliários e materiais didáticos / pedagógicos possuem?

9) O CMPA conta com profissionais capazes de ensinar linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização (LIBRAS, DOSVOX, BRAILE, Comunicação Alternativa)? Caso negativo, tem pretensão de contratá-los?

10) Como o aluno da educação especial e inclusiva será avaliado?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO - ESAO – 2018 Cap Letícia

Escola Projeto

O Colégio Militar de Porto Alegre CMPA está em processo de reorganização escolar, tanto das suas práticas didático-pedagógicas quanto da reestruturação do espaço físico. Tudo isso se deve ao fato de estar, oficialmente no ano letivo de 2019, recebendo alunos da educação especial e inclusiva.

Conhecendo a Escola Projeto, que possui alunos com deficiências há alguns anos, pensei em conhecer um pouco do trabalho que realizam a fim de levantar boas práticas e expô-las no meu Trabalho de Conclusão de Curso.

- 1) Desde quando a escola Projeto tem alunos com alguma necessidade especial?
- 2) Quem são os alunos, quais tipos de deficiência possuem?
- 3) Quais são os procedimentos iniciais para o ingresso do aluno com necessidades especiais? Falar sobre a aceitação e o processo de matrícula do aluno?
- 4) A Escola Projeto tem uma Equipe de Atendimento Educacional Especializado? Se positivo, conta com quais profissionais? (Informar a sua formação).
- 5) Quanto à formação do corpo docente, todos os professores estão habilitados para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? Como são orientados em suas práticas pedagógicas?
- 6) Como funciona o atendimento a esses alunos, considerando os procedimentos didático-metodológicos? (Elaboração de planos educacionais individuais, planos de aula, outros documentos...).
- 7) Como o aluno da educação inclusiva é avaliado?
- 8) A Escola Projeto possui Sala de Recursos Multifuncionais para atendimento educacional especializado? Caso negativo, oferece esse atendimento em outro estabelecimento de ensino?

9) Como essa (s) sala (s) está equipada? (Equipamentos, mobiliários e materiais didáticos / pedagógicos).

10) Como funciona o número de alunos por turma quando há alguém da educação inclusiva?

11) A Escola Projeto conta com profissionais habilitados para ensinar linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização (LIBRAS, DOSVOX, BRAILE, Comunicação Alternativa)?

12) Como funciona o atendimento dos profissionais externos (médicos, terapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, etc.) que acompanham os alunos da educação inclusiva?

13) Caso haja algo mais importante a acrescentar sobre o tem em questão, favor incluir neste item.